

“MUDAR PARA SE ADEQUAR, SEM PERDER O FUNDAMENTO”: PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE UM TERREIRO NA CIDADE DE PELOTAS-RS

GUILHERME RODRIGUES DE RODRIGUES¹; PAULO BRUM²; MARTA BONOW
RODRIGUES³; HELENIRA GOULARTE BRASIL DIAS⁴; JOSÉ FRANCISCO
RODRIGUES⁵; LOUISE PRADO ALFONSO⁶

¹*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – guilhermedr.rodrigues@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – paulo.brum@ufpel.edu.br*

³*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – martabonow@gmail.com*

⁴*Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas – helenira.brasil@gmail.com*

⁵*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – josef-rr@hotmail.com*

⁶*Departamento de Antropologia e Arqueologia/ICH/UFPel – louise_alfonso@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

Este texto traz algumas reflexões sobre a patrimonialização para Casas Religiosas, como parte do estudo para atender a um pedido de registro de bem cultural, cujo foco está na Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro (CBTT) Caboclo Rompe Mato Ile Axé Xangô e Oxalá, localizada em Pelotas/RS. Essas reflexões são realizadas no âmbito do projeto de extensão “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas”¹, o qual surgiu a partir da proposta de pedido de registro de bem cultural, feita pela própria comunidade à equipe envolvida. O objetivo primordial desse projeto é realizar um dossiê para encaminhamento de tal pedido aos órgãos responsáveis pelos registros, tanto na instância federal, quanto estadual e/ou municipal. Para tanto, faremos, aqui, um apanhado geral sobre o pedido de registro da casa religiosa e sua percepção da importância desse ato.

Lembramos que Patrimônio é uma forma de identidade nacional, de reconhecer a memória coletiva de um grupo, relacionando passado e presente (NOGUEIRA, 2008). Nesse sentido, fazer um pedido de registro é procurar os meios legais para preservação de um bem cultural (FREIRE, 2005). Ainda que primeiramente apenas fossem reconhecidos como bens patrimoniais as edificações que apresentavam especificações estéticas e históricas de uma elite brasileira, com o passar do tempo há uma ampliação do conceito de patrimônio, e bens culturais imateriais ou intangíveis passam a ser registrados (FREIRE, 2005).

Inserida nessa ampliação da abrangência de bens registráveis como patrimônio, a partir do ano de 2006, foi realizada uma pesquisa para atender o pedido de registro dos Doces de Pelotas como bem cultural imaterial. Essa pesquisa resultou no Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses (RIETH, 2008), bem cultural que se encontra em processo de registro junto ao IPHAN e que traz a presença negra efetiva na história dos doces de Pelotas, principalmente a partir de um contexto das religiões de matriz africana. Dentro dessa pesquisa, há a inserção e o reconhecimento de saberes religiosos afrobrasileiros no registro de bens

¹Projeto vinculado ao GEEUR/UFPel (Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos) e teve seu início este ano. EQUIPE UFPel: Discentes: Daiana de Oliveira Félix de Oliveira, Guilherme Rodrigues de Rodrigues, José Francisco Rodrigues, Marta Bonow Rodrigues, Rafael Gastal, Simone Fernandes Mathias; Docentes: Louise Prado Alfonso (Coordenadora), Flávia Maria Silva Rieth; Técn. admin. do Centro de Artes: Paulo Brum; Membros Não-UFPel: Helenira Brasil Dias (Secretaria Municipal de Pelotas/SECULT). Este projeto conta

com reuniões quinzenais da equipe, com leituras e discussões de textos, vídeos e áudios sobre a temática, além de fazer trabalho de campo, com visitas ao CBTT e entrevistas com membros dessa casa e com pessoas que fazem parte de sua rede de relações.

patrimoniais, ainda que esses conhecimentos estejam, no âmbito dessa patrimonialização, voltados para a feitura dos doces.

Em se tratando de patrimonialização de saberes de matriz africana, conforme Francisco Guimarães (2012), PUC-RJ, o país que hoje conhecemos certamente não existiria se não houvessem sido preservadas as tradições religiosas, trazidas da outra margem do Oceano Atlântico por bantos, iorubás e outros povos africanos. Muitos de nossos antepassados driblaram toda sorte de repressão e nos legaram certos modos de expressão da religiosidade (NOGUEIRA, 2008), as quais se encontram na base da multiplicidade que nos constitui.

No Brasil, os processos de tombamento² de casas de matriz africana iniciaram pela Bahia, com o Terreiro da Casa Branca – Ilê Axé Iyá Oká, na década de 1980 (NOGUEIRA, 2008; JUNIOR, 2015). Posteriormente, outras instituições foram registradas ou se encontram em vias de reconhecimento em outros estados (IPHAN, 2016). A busca por esse reconhecimento tem como objetivo dar visibilidade a bens culturais que anteriormente não faziam parte do rol de patrimonialização trazendo, assim, outros discursos e outras vozes.

Essas outras vozes podem ser entendidas, ouvidas e inseridas nos processos de patrimonialização no momento em que os pedidos partem das próprias comunidades, como é o caso da CBTT. Essa casa, além de atender as demandas religiosas, faz um trabalho comunitário assistencial em seu bairro – Jardim Europa – e bairros próximos. Essa assistência ocorre por meio de aulas de apoio a crianças de ensino fundamental e médio, atendimento à saúde e serviços advocatícios, oferta de oficinas profissionalizantes e doações de cestas básicas às famílias atendidas.

É por todo o trabalho junto à comunidade, tanto no âmbito religioso, quanto no assistencial, bem como pelo anseio de preservação e visibilidade das religiões de matriz africana, que os líderes e os membros da CBTT (Nação³ e Umbanda⁴) buscaram a equipe do projeto para iniciar o processo de patrimonialização.

2. METODOLOGIA

Para entender o pedido de patrimonialização, foram realizadas entrevistas com Paulo Brum - Babalorixá Paulo D'Xangô Nação Cabinda -, presidente da CBTT, com Gisa Freitas – Iyalorixá Gisa D’Oxalá Nação Cabinda -, diretora espiritual dessa casa, e José Francisco Rodrigues, filho de santo do Babalorixá Pai Nilo D’Xangô, do Reino de Iemanjá Candomblé de Xangô, situada no município de Rio Grande/RS. São conversas de extrema importância para nossa compreensão sobre o funcionamento da religião em si, assim como das casas, observando quais motivações existem para buscar essa patrimonialização. E, como Paulo e José são membros deste projeto de extensão, estamos todos juntos construindo os resultados, guiados sempre pelas considerações e ideias destas autoridades no assunto.

Em um conceito mais geral, o procedimento metodológico se baseia na pesquisa qualitativa, que envolve levantamento e discussão de bibliografia sobre o tema, etnografias e observação participante. Assim, as atividades religiosas e

² Tombamento: preservação de bem cultural, em especial edificações e espaços

³ Nação Cabinda, segundo Paulo Brum, líder da CBTT, é a matriz que entra em Pelotas com os escravos africanos, vindos pelo porto de Rio Grande/RS para servirem às charqueadas pelotenses.

⁴ A Umbanda é uma religião de matriz africana, o qual abrange outras doutrinas como o catolicismo, o budismo e o kardecismo e tem concepções religiosas africanas e indígenas

assistenciais estão sendo acompanhadas e documentadas por meio de vídeos, gravações de entrevistas, diários de campo, fotografias, entre outros.

Todos esses elementos ajudam a conduzir as ações do projeto e estas são construídas conjuntamente entre universidade, estudantes, professoras/es, técnico administrativo em educação, além de profissionais colaboradoras/es e Comunidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas casas de matriz africana, o espaço, que na maioria das vezes é “ocioso”, pois é utilizado apenas durante os rituais, na CBTT foi colocado em prol da comunidade para a realização de serviços sociais, conta-nos Paulo. Essas ações mostram uma vontade de uma Comunidade que busca resolver as suas demandas e de seu entorno. A CBTT realiza reforço escolar para crianças e adolescentes, que é a principal ação social. Através desse reforço, há uma aproximação com famílias dos estudantes: são oferecidos gratuitamente cursos e atendimento à saúde. “Às vezes, as pessoas não procuram os serviços públicos, mas vão procurar esses serviços na Casa.”, diz Paulo Brum.

Quanto aos elementos religiosos, um importante aspecto diz respeito às transformações que as religiões de matriz africana sofrem ao longo do tempo: alimento dos orixás, acessórios, roupas, mudam com o tempo; novos materiais, novas formas de preparar as oferendas, o espaço e tudo o que tem referência religiosa é transformado para se adequar ao dia a dia e ao contexto atual, também, pela oferta de matéria-prima que se tem nos locais em que as casas se encontram. Tudo isso ocorre sem que se deixe de preservar a tradição, a base africana que foi trazida pelos escravos em sua vinda para o Brasil. Segundo José Francisco, é preciso “mudar para se adequar, sem perder o fundamento”.

A preservação desse legado é tarefa que se confunde com o próprio exercício da cidadania e se trata de justa homenagem àqueles que, com sua insistente resistência, não se curvaram perante a violência, o desmando e o preconceito. “Nós fomos os primeiros em Pelotas a lutar por nossa independência, sermos nossos próprios representantes”, diz Paulo Brum ao afirmar que as casas de matriz africana precisam ter essa autonomia, sem depender de instituições que, supostamente, deveriam representar as outras casas. A casa representada por si mesma tem a possibilidade de acesso às políticas públicas. Nesse sentido, Paulo diz que buscou encaminhar e espera que o pedido de patrimonialização seja atendido, servindo de exemplo a outras casas, fortalecendo, assim, a preservação desse legado. É patrimonializando que se afirma ainda mais a tradição religiosa, suas práticas, seus cultos, ao mesmo tempo em que garante a autorrepresentação em processos administrativos, legitimando suas ações públicas. Assim as atividades da casa adquirem um caráter oficial, perante às normas legislativas e à sociedade.

4. CONCLUSÕES

Ao longo do processo histórico, as comunidades de terreiro foram sendo alijadas, muitas vezes perseguidas e cerceadas ao realizarem sua expressão cultural de religiosidade. O reconhecimento como um bem cultural traz em si a

defesa do exercício da liberdade religiosa, o enfrentamento às intolerâncias e às discriminações correlatas que envolvem casas de religião de matriz africana.

Se não fossem as comunidades tradicionais de terreiros, talvez boa parte da musicalidade e da expressão cultural de nosso povo não chegaria até nós. O samba, os maracatus, o jongo, o coco e de tantas outras formas de manifestação

de nossa cultura popular, foram intensamente influenciadas e formadas por esses povos através de sua religiosidade, seus modos de dançar, de “ritmizar” os sons.

Junta-se a isso as ações assistenciais que caracterizam a casa. Existe uma necessidade de oficializar as atividades, já legalizadas, porém ainda não reconhecidas como parte do caráter advindo da herança africana.

Patrimonializar casas de religião de matriz africana é preservar espaços sagrados onde muitas histórias poderão ser recuperadas, uma vez que, os terreiros trazem consigo as relações entre humanos e não-humanos, reverenciando muito além do espaço da arquitetura, os elementos da natureza, os alimentos que se interpenetram em uma perfeita e respeitosa simbiose, estabelecendo a comunicação com as suas divindades protetoras. Assim, consideramos que a parceria entre a CBTT e a Universidade por meio da extensão estreita as relações e amplia a compreensão da universidade sobre o olhar e as formas de conceber o mundo da religião. Bem como, incentiva que pesquisadores divulguem esses saberes tradicionais contribuindo para os processos de reconhecimento da diversidade cultural e igualdade racial, por meio da religião.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FREIRE, Beatriz. O Inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: novos instrumentos de preservação. **Cadernos do Lepaarq: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio**. Pelotas: Editora da UFPel, vol II, n. 3, 2005. pp. 11-19.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/IPHAN.**
<http://portal.iphan.gov.br/> (Acesso em 19/07/2016)
- JUNIOR, N. V. de A. Ampliações do conceito de patrimônio edificado no Brasil. **Reconceituações contemporâneas do patrimônio**. Bahia: EDUFBA. p.145-170, 2015.
- NOGUEIRA, A. G. R. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90** (Revista da Pós-Graduação em História). Porto Alegre: UFRGS, v.15, n.27, p.233-255, 2008.
- RIETH, Flávia M. S. et al. **Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses** (Relatório Final). Vol 1 e 2. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2008.
- REGISTROS ORAIS** – Entrevistas com Paulo Brum (líder da CBTT) e com José Francisco Rodrigues, membro da casa de “Rio Grande Reino de Iemanjá Candomblé de Xangô”, ambos participantes do projeto em questão. Entrevistas realizadas em 26/07/2016.